



Inocêncio concordou com o argumento do advogado de que cinco dias eram um prazo de defesa reduzido

Acordo dá mais dez dias para defesa dos acusados pela CPI

BRASÍLIA — O prazo de defesa na Comissão de Constituição e Justiça dos deputados incriminados pela CPI do Orçamento foi ampliado de cinco para 15 dias. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e os líderes do PMDB, Tarcísio Delgado (MG), do PDT, Luiz Salomão (RJ), e do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), fecharam acordo para permitir que os acusados tenham prazo razoável para defesa. Na véspera, o advogado Walmor Giavarina, que representa os deputados do PMDB Manoel Moreira (SP) e Cid Carvalho (MA), entrara com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o prazo exíguo, negado pelo presidente em exercício do STF, Sepúlveda Pertence.

O acordo foi incentivado por Giavarina, que procurou o líder

do PDT para intermediar uma solução negociada. Salomão foi ao líder do PMDB e os dois conversaram com Luís Eduardo, que já vinha sofrendo pressões dos parlamentares pefelistas incriminados pela CPI. Os três foram a Inocêncio, que considerou aceitável a dilatação do prazo, desde que não ultrapassasse 15 dias.

Inocêncio tentou desmentir o acordo: “Não houve acordo, tenho dificuldades para fazê-lo”. Em seguida, Giavarina entrou na sala da presidência e pediu publicamente: “Me dê dois dias a mais”. Inocêncio, que havia negado o acordo, respondeu: “Mas está praticamente como vocês queriam”. E encerrou o assunto dizendo que a concessão de prazo maior poderia ensejar uma tentativa de anulação do processo que cassou três deputados do PSD, que só tiveram cinco dias.

O presidente da Câmara determinou que Mozart Viana, secretário-geral da Mesa, estude uma fórmula capaz de permitir regimentalmente o novo prazo para a defesa. “Isso é um casuismo necessário”, disse o 1º vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS). Sua avaliação é que, se fossem mantidas as normas da revisão, com uma sessão ordinária da Câmara por semana, o prazo de defesa poderia se arrastar por dez semanas. “A Câmara não teria como explicar uma demora dessas para dar consequência à CPI”, justificou.

O acordo prevê também o atendimento de outra reivindicação dos acusados pela CPI e seus advogados: não indicar para a CCJ deputados que tenham integrado a CPI do Orçamento. “Os líderes já estão acertados sobre isso, disse Giavarina.